

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Lei n.º 6/2006, de 27-02 (aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano)

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulad.o.php?nid=691&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&

A atual redação resulta da Declaração de Retificação n.º 24/2006, de 17-04, e da Lei n.º 31/2012, de 14-08, esta última retificada pela Declaração de Retificação n.º 59-A/2012, de 12-10

<http://dre.pt/pdfgratis/2012/10/19801.pdf>

Código Civil – artigos 1022.º a 1113.º, 1682.º-A, 1682.º-B e 1793.º

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulad.o.php?nid=775&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&

Decreto-Lei n.º 157/2006, de 08-08 (aprova o Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados)

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulad.o.php?nid=912&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&

A atual redação resulta da Declaração de Retificação n.º 68/2006, de 03-10, bem como do DL n.º 306/2009, de 23/10, e ainda da Lei n.º 30/2012, de 14-08, esta com a

redação resultante da Declaração de Retificação n.º 59-B/2012, de 12-10

<http://dre.pt/pdfgratis/2012/10/19801.pdf>

DL n.º 266-B/2012, de 31-12 (estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado)

<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25202/0025500258.pdf>

DL n.º 266-C/2012, de 31-12, que altera e republica:

- o DL n.º 158/2006, de 08-08 (estabelece o regime de determinação do RABC;

- e o DL n.º 160/2006, de 08-08 (regula os elementos do contrato de arrendamento)

<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25202/0025800270.pdf>

Novo Código de Processo Civil – artigos 859.º a 867.º

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1959A0859&nid=1959&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=#artigo

Código de Processo Civil revogado – artigos 928.º a 930.º-E

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=570A0930A&nid=570&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=#artigo

Decreto-Lei n.º 1/2013, de 07-01 (procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo)

<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/00400/0003800043.pdf>

Portaria n.º 7/2013, de 10-01 (define o mapa de pessoal do BNA)

<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/00700/0013200132.pdf>

Portaria n.º 9/2012, de 10-01 (regulamenta diversos aspetos do procedimento especial de despejo e da ação de despejo)

<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/00700/0013700148.pdf>

Outra legislação

[https://www.portaldahabitacao.pt/pt/nrau/home/Legisla
acao_arrendamento_urbano.html](https://www.portaldahabitacao.pt/pt/nrau/home/Legisla%20acao_arrendamento_urbano.html)